

Volta às aulas com qualidade

DF - Educação

ARLETE SAMPAIO

JORNAL DE BRASÍLIA

O ano letivo começa na rede pública, e muitos pais e mães de alunos retomam suas preocupações. O que esperam nossas crianças e adolescentes nas salas de aula? Em que pese a dedicação de professores e funcionários, o ensino público no DF tem enfrentado, nos últimos anos, sérias dificuldades. Basta uma rápida visita a qualquer escola pública para nos depararmos, desde o portão, com toda sorte de problemas: faltam infra-estrutura, materiais, recursos humanos e segurança; há ausência de vagas e salas com excesso de alunos.

Essas dificuldades se repetem ano a ano e são resultados de um projeto político que não valoriza a educação. Somente uma profunda mudança de visão poderá reverter esse triste quadro.

A crise do ensino público exige medidas nacionais, como a criação do Fundeb pelo governo Lula, e iniciativas locais que visem dar centralidade a esse setor. Para colocar a educação no centro das políticas públicas, alguns elementos são fundamentais: universalização do acesso, garantia de permanência, valorização dos trabalhadores da educação, gestão democrática e, como objetivo máximo, a qualidade na educação para todos.

Alardeia-se que o acesso ao ensino obrigatório foi praticamente universalizado no DF. Mas a sociedade não se contenta mais apenas com o Ensino Fundamental. O direito à educação foi ampliado, mas é necessário que a rede pública atenda a todos que a procuram. Para tanto, é preciso aumentar o número de vagas e oferecer creche, pré-escola, Ensino Médio e educação de jovens e adultos.

O segundo aspecto a ser considerado é o da permanência na escola. Altos índices de repetência e taxas de abandono elevadas, principalmente no noturno, encarecem o ensino e desestimulam os estudantes com defasagem. É imperativo, ainda, avaliar os programas adotados com crianças que têm dificuldades de aprendizagem, como as Classes de Aceleração.

Nenhuma estratégia para recuperar a educação de Brasília terá sucesso se não passar pela valorização dos profissionais da educação. Com o Fundo Constitucional assegurando o pagamento dos salários, é possível ao governo negociar com as categorias dos professores e auxiliares de ensino uma política salarial que assegure remuneração justa e incentive os profissionais a se qualificarem. A formação continuada é a grande estratégia para alcançar essa meta, e o melhor caminho é realizá-la por meio de instituições públicas, como a Universidade de Brasília.

Aliada à recuperação salarial e à melhor qualificação, é fundamental a realização de concursos públicos com a redução do número de contratos temporários. Uma medida que não pode esperar é a implantação de política de formação inicial de professores, com a criação da Universidade Distrital e do Instituto Superior de Educação. É urgente recuperar o quadro de pessoal da Secretaria de Educação uma vez que o número de docentes diminuiu nos últimos anos.

Para ampliar o acesso, garantir a permanência do aluno na escola e melhorar os salários, é necessário um requisito essencial: a gestão democrática. E essa gestão não pode se resumir a eleger diretores, deve começar com uma profunda reestruturação que vai do Conselho de Educação do DF à escolha das direções. A gestão democrática, então, entraria na escola por meio de Conselhos Escolares eleitos pela comunidade e com poder de deliberação sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos.

Além disso, uma grande Conferência de Educação elaboraria o Plano de Educação do DF, com o envolvimento de toda a sociedade, como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A conferência definiria as linhas mestras da política educacional.

Uma boa política de educação tem de recuperar os prédios escolares e construir novos, equipar as escolas com as ferramentas da informática, dotar as bibliotecas de livros, assegurar a existência de espaços para educação artística e educação física. Finalmente, é forçoso usar os resultados das avaliações como instrumento para sanar os problemas e não apenas para classificar os estudantes.

Priorizar a educação exige recursos, esforço, mobilização e gestão democrática. Significa abandonar velhos paradigmas de governar apenas para fazer obras. É passar a investir nas pessoas, no futuro.

ARLETE SAMPAIO é deputada distrital (PT) e presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa.